Capítulo 86

O período entreguerras: o fascismo italiano e as ditaduras

O período entre guerras teve uma marca política: a tendência à radicalização. Regimes totalitários instalaram-se em vários países europeus. Na Itália, o *fascismo*; na Alemanha, o *nazismo*. As grandes exceções do período foram Estados Unidos, Inglaterra e França, onde dominaram democracias liberais.

As ditaduras fascistas representaram um fenômeno original. Seus adeptos repudiavam a luta de classes, o internacionalismo e o parlamentarismo liberal. Definiam-se como revolucionários; propunham uma solução nacional, autoritária e corporativa para problemas sócio-econômicos.

As frustrações decorrentes da Grande Guerra acentuaram o extremado nacionalismo dos fascistas. Seu anticomunismo intransigente colocava-os na dependência do grande capital: seu anticapitalismo não passava de fachada.

A crise da Itália no pós-guerra e a incapacidade do parlamentarismo e do liberalismo em conter o avanço comunista deu chance à ação dos fascistas, que tomaram o poder em 1922. Eles eliminaram a oposição e instalaram uma ditadura, um Estado totalitário, representado pela figura todo-poderosa do chefe, o *Duce*, que pretendia encarnar a vontade das massas, sustentado por um partido único.

Ditaduras fascistas formaram-se em outros países: Espanha, Portugal, Polônia, Iugoslávia. Cada regime tinha feições próprias, e o termo *fascista* aplica-se mal a regimes autoritários como os da Hungria, Romênia ou Turquia.

1. A Itália à direita

O nacionalismo ficou exaltado na Itália após a Grande Guerra, porque o país não havia conseguido obter possessões ambicionadas, como a Dalmácia, que permaneceu ligada à Iugoslávia. Havia perdido 700 000 pessoas; a região de Veneza estava devastada.

A situação piorou. Problemas como superpopulação e atraso econômico se agravaram. Emissão de moeda e empréstimos externos, para financiar os esforços militares e industriais, trouxeram o endividamento e a inflação. A crise abalou até os mais fortes. O desemprego atingiu níveis perigosos com a diminuição da emigração, controlada durante a guerra.

A crise social ganhava aspectos revolucionários. Depois de 1919, o número de greves cresceu e houve desordens, com pilhagens de lojas pelas massas esfomeadas. No ano seguinte, mais de 600 000 metalúrgicos do norte ocuparam fábricas e tentaram dirigi-las, mas falharam por falta de crédito bancário. Os camponeses se rebelavam por toda parte. Na Sicília e na planície do Rio Pó, invadiram terras desocupadas, como permitia uma lei de 1919. Eles também exigiam a divisão dos latifúndios. O milhão de grevistas de 1919 transformou-se em 2 milhões em 1920.

As forças políticas dominantes não conseguiam resolver a crise. A burguesia, apoiada por ex-combatentes e liderada pelo poeta Gabriele d'Annunzio, exigia renovação das classes dirigentes. Os católicos tinham força eleitoral; agiam no seio dos monarquistas e conservadores. Mas, em 1919, um padre siciliano fundou um partido popular recrutando seguidores entre camponeses e operários: Luigi Sturzo. Ele exigia reformas sociais.

Os *socialistas*, pouco numerosos antes de 1914, passaram a dominar a Confederação Geral dos Trabalhadores da Itália (CGLI), com mais de 2 milhões de filiados em 1920, e a Federação dos Trabalhadores da Terra.

Vitoriosos das eleições legislativas de 1919, os católicos populares e socialistas não conseguiram realizar as reformas necessárias.

O exemplo da Revolução Russa, a agitação da Alemanha e o alastramento da crise na Itália assustaram a burguesia liberal e conservadora. Ela se apoiou num grupo político reduzido, mas bem organizado e disposto a acabar com a ameaça revolucionária pela força: os *fascistas*. O Partido Fascista se converteria em porta-voz e aglutinador dos grupos heterogêneos de direita, que se opunham ao movimento democrático burguês, ao mesmo tempo que ofereciam garantias contra o *perigo bolchevista*.

2. *Mussolini e o Partido*

Benito Mussolini (1883-1945) nasceu na Romagna. O pai, ferreiro, era socialista. Crescendo em ambientes anarquistas e socialistas, Benito entrou para o Partido Socialista. Entre 1912 e 1914, redator do jornal *Avanti*, defendeu a neutralidade e o pacifismo. Então mudou de opinião: fundou o *Popolo d'Italia*, sustentado pela embaixada francesa, e passou a defender a entrada do país na guerra ao lado dos Aliados. O Partido Socialista o expulsou. Alistou-se no exército e foi gravemente ferido. Voltou a dirigir seu jornal em 1919; defendia o direito de trabalho para ex-combatentes e a necessidade de profundas reformas, realizadas por um regime ditatorial.

Em Milão, em março de 1919, Mussolini fundou o primeiro grupo do futuro Partido Fascista Italiano. Os següidores tinham tendências variadas: nacionalistas extremados, anarco-sindicalistas e, sobretudo, ex-combatentes desocupados, apoiados e financiados por industriais. Foram fragorosamente derrotados nas eleições, as mesmas que deram vitória aos populares e socialistas. Mussolini então reorganizou o partido em moldes militares, com milícias e grupos civis armados, rigidamente disciplinados. Essas formações paramilitares eram formadas pelos *esquadristas*, vestidos em camisas negras, como símbolo de luto pela Itália, cegamente obedientes ao Duce.

Fascistas no poder

A anarquia reinante na Itália facilitou a chegada do fascismo ao poder. A partir de 1920, os camisas-negras passaram a organizar expedições punitivas contra sedes de organizações de esquerda ou até de sindicatos. Destruíam tudo, matavam líderes ou os obrigavam a tomar maciças doses de óleo de rícino. As autoridades, temerosas, faziam vista grossa. A ação arrasadora partiu de Trieste, na planície do Pó, e se estendeu a toda a Itália a partir de 1921.

A divisão da esquerda impediu uma reação comum. Proprietários rurais, comerciantes e industriais davam cada vez maior apoio aos fascistas. O Partido Fascista, fundado oficialmente em novembro de 1921, cresceu depressa, recrutando membros entre os milhares de desempregados. O número de filiados passou de 200 000 em 1919 para 300 000 em 1921.

Em agosto de 1922, sindicatos anarquistas e socialistas convocaram greve geral para protestar contra os métodos fascistas. Mussolini ameaçou: se o governo não agisse, os fascistas "restabeleceriam a ordem". Em outubro, eles deram uma demonstração de força ao obrigar a CGLI a cancelar uma greve geral. O caminho para o poder se escancarava.

No Congresso do Partido Fascista, realizado em Nápoles em 24 de outubro de 1922, Mussolini anunciou a *Marcha Sobre Roma* para o dia 26. Impotente, o rei Vítor Emanuel III convidou o Duce para formar um Ministério que desenvolvesse uma política interna liberal e uma externa nacionalista. Os camisas-negras desfilaram pelas ruas de Roma sem resistência alguma.

O governo manteve as aparências de monarquia parlamentarista, mas Mussolini detinha plenos poderes. Nas eleições de 1924, os fascistas tiveram 65% dos votos, usando métodos arbitrários, mas não impediram que os principais líderes rivais também chegassem ao Parlamento. Na primeira sessão parlamentar, o socialista Giacomo Matteotti denunciou as violências fascistas e sua influência sobre o resultado eleitoral, provocando consternação nacional. Matteotti foi assassinado em seguida; Mussolini assumiu a "responsabilidade histórica" pelo ato e anunciou a promulgação de leis excepcionais. O fascismo mostrava sua verdadeira face.

O poder era o Duce

Mussolini se definia como reacionário, antiparlamentarista, antidemocrático, antiliberal e antisocialista. A doutrina fascista tinha aspectos originais. Seus princípios básicos:

- Estado totalitário assentado sobre a força da massa, encarnada na mística do chefe;
- existência do indivíduo apenas como fração do Estado, em cuja grandeza devia encontrar sua própria exaltação;
- extinção da luta de classes sob o arbítrio do Estado, que promoveria a solidariedade entre patrões e empregados, visando a maior produtividade;
- busca da grandeza italiana, num constante apelo ao passado, com exaltação da importância da guerra na formação das pessoas;

• identificação entre Estado, chefe de Estado e Partido Fascista.

Com as leis de 1925, o Duce concentrou poderes de chefe de Estado. Após sofrer um atentado em 1926, fechou os jornais de oposição, dissolveu os demais partidos e perseguiu seus líderes. Restaurou a pena de morte e criou tribunais especiais, compostos por membros da milícia fascista. Os dirigentes oposicionistas, exilados em Paris, formaram uma frente antifascista. Um dos fundadores do Partido Comunista, Gramsci, foi processado e, mais tarde, preso.

O Duce exercia o poder e acumulava numerosas funções ministeriais. Escolhia todos os funcionários entre membros do Partido Fascista. A partir de 1928, o Grande Conselho Fascista designava os candidatos a deputado, submetidos a uma consulta à população. As formações paramilitares tornaram-se oficiais; seus 300 000 homens em 1925 chegaram a 750 000 em 1930. Em 1939, os fascistas suprimiram a Câmara dos Deputados, substituída por membros do Grande Conselho.

Entre 1927 e 1934, o regime condenou mais de 5 000 pessoas, algumas à pena de morte, outras à prisão perpétua. Milhares de pessoas foram deportadas. Essa tarefa ficou por conta da polícia política, a OVRA.

Para sustentar o regime, era fundamental mobilizar a juventude, para eliminar o espírito crítico e criar uma "alma nacional". Os jovens deviam pertencer mais ao Estado que à família. Usavam uniforme e se dedicavam a exercícios militares, tendo por lema: *Crer, obedecer, combater*.

As realizações

Um acordo com o papa Pio XI resolveu a *Questão Romana*, pendente desde a unificação. O Tratado de Latrão, de 1929, deu ao papa soberania sobre a Cidade do Vaticano e indenização pela perda dos antigos Estados da Igreja; reconheceu o catolicismo como religião oficial; o casamento religioso tinha o mesmo valor do casamento civil; as escolas passariam a ensinar religião. Os católicos apoiaram Mussolini, mas ele manteve a interdição sobre o Partido Popular e sobre as editoras católicas.

Em 1927, para tentar resolver as questões trabalhistas, surgiu a *Carta do Trabalho*. Para cada profissão haveria dois sindicatos, um dos patrões e outro dos empregados. Greves foram proibidas. O Estado passava a ser o juiz dos conflitos trabalhistas. Os sindicatos se transformaram, então, em elemento de cooperação entre classes. A legislação era avançada: garantia férias pagas, previdência social e formação profissional. Os sindicatos se encarregavam de diminuir o ímpeto revolucionário da classe operária, organizando formas de lazer fora do trabalho. A forma corporativa era mais uma fachada, que preservava a estrutura tradicional do capitalismo italiano.

O crescimento da população, estimulado pelo regime, ampliou os problemas econômicos. O governo tratou de edificar muitas obras públicas, como estradas, aquedutos, estações ferroviárias, sempre no estilo grandioso ao gosto do fascismo.

Em 1925, teve início um esforço para aumentar a produção de trigo, tornando o país auto-suficiente num produto que pesava bastante na balança comercial. Para isso contribuíram a recuperação de terras incultas e o combate à malária.

A industrialização teve impulso a partir de 1927, com a estabilização da lira, a moeda nacional. Cresceram os setores elétrico, naval e aeronáutico; o de automóveis, em 1938, passou a ser o sexto no mundo. Isto impulsionou também a siderurgia e a indústria mecânica. O arranque industrial agravou a divisão sócio-econômica entre o norte desenvolvido e o sul atrasado.

Com a crise mundial de 1929 (veja o *capítulo 88*), a economia italiana sofreu; bancos faliram e o desemprego aumentou. A alternativa seria uma guerra. Em 1935, o general Badoglio atacou a Etiópia, ao norte da África, e tomou a capital Adis-Abeba. Mas as sanções econômicas determinadas pela Sociedade das Nações fez a Itália recuar e buscar apoio alemão.

3. O autoritarismo se espalha

Os regimes autoritários e ditatoriais se espalharam no período entre guerras.

Turquia — Em 1923, o sultão foi eliminado. Mustafá Kemal, proclamador da República, instaurou uma ditadura disfarçada: reelegeu-se até 1938. Com idéias progressistas e nacionalistas, modernizou o país, eliminando as bases religiosas islâmicas e transformando-o em Estado laico, pró-ocidental. Eliminou até os nomes de origem mu-

çulmana; ele mesmo passou a chamar-se *Ataturk*: pai de todos os turcos.

Europa central e balcânica — O recuo dos russos e o deslocamento do Império Austro-Húngaro criou um vazio político. A maior parte dos países adotou regimes republicanos e parlamentares, mas permaneceram estruturas arcaicas. Regimes fortes se instalaram na Hungria, Polônia, Iugoslávia, Grécia, Bulgária, Lituânia, Estônia e Letônia. Na Romênia, a ditadura ameaçou instalar-se várias vezes. Na Áustria, Dollfuss instaurou em 1933 uma ditadura fascista. Só a Tchecoslováquia manteve um regime democrático e liberal, sob a direção de Masaryk.

Espanha — Em 1923, o general Primo de Rivera tomou o poder, substituindo o governo constitucional e reconhecendo o rei Afonso XIII. Rivera nada fez para resolver as questões sociais; foi um pálido imitador de Mussolini. Em 1936, uma Frente Popular de esquerda elegeu Manuel Azaña presidente. O governo radicalizou; iniciou uma reforma agrária e atacou a Igreja. Francisco Franco, representando setores mais conservadores, liderou um movimento militar de oposição ao governo e a sublevação, iniciada em 18 de julho no Marrocos Espanhol, difundiu-se por todo o país.

A Guerra Civil Espanhola, uma das mais violentas do século XX, deixou 1 milhão de mortos. Brigadas internacionais participaram, ao lado dos republicanos; Hitler e Mussolini apoiaram Franco, bombardeando até a população civil, como aconteceu em Guernica. A União Soviética deu pequeno apoio aos republicanos. Franco venceu em 1939 e instaurou o regime autoritário.

Portugal — Às voltas com a crise do pós-guerra nos setores financeiro e agrícola, o governo liberal não soube o que fazer e instigou os partidos de direita, estimulados pelos exemplos italiano e espanhol. Em 1926, o general Gomes da Costa deu um golpe, a que se seguiu uma fase instável, até que, em 1929, se instalou na presidência da República o general Carmona. Ele chamou para orientar a economia Oliveira Salazar, que rejeitava o liberalismo, o socialismo e a democracia; Salazar se apoiou no nacionalismo, no cristianismo, na unidade familiar e nas s. Seu regime tomou corpo em 1932 e consolidou-se em 1933.

Questões propostas

1. Que tendência se verificou em alguns países da Europa, no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial?

2. Quais os principais fatores que estiveram na base do surgimento do fascismo?

3. Que força se firmou no cenário político italiano?

4. Como surgiu, neste cenário, o movimento fascista?

5. Quem assumiu a liderança do partido fascista?

6. Quais os principais aspectos da doutrina fascista?

7. Em que outros países se estabeleceram governos totalitários?